



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E
2 EXTENSÃO – CEPE – DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
3 – UENP – REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2020.

4 Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às 14 horas, pelo
5 aplicativo google meet meet.google.com/hie-odee-zgv, reuniram-se os membros
6 do CEPE. A reunião foi presidida pela Prof^ª Fátima Padoan, Reitora, que iniciou a
7 reunião destacando que o objetivo da reunião de hoje é o retorno do ensino
8 especial na UENP e fez as seguintes considerações contextualizando o período
9 de suspensão das atividades acadêmicas: a) de 17 a 31 de março houve
10 atividades por meio do uso de ferramentas tecnológicas. Naquele momento todos
11 foram pegos de surpresa com a chegada da pandemia em nosso país e que, a
12 melhor decisão a ser tomada à luz da urgência e do cenário imposto, foi a
13 manutenção das atividades pedagógicas, de forma remota. Porém, durante este
14 tempo esclareceu que foi procurada por alunos, professores e coordenadores de
15 cursos destacando algumas preocupações sobre a forma como as atividades
16 estavam sendo desenvolvidas. Com isso, essa forma de manutenção das
17 atividades de aulas, de forma remota, foram suspensas. A partir de então a
18 PROGRAD começou estudar uma forma de manutenção das atividades de forma
19 séria e que não traga prejuízos acadêmico/pedagógicos aos alunos. Esclareceu
20 que a proposta que está sendo apresentada neste momento foi muito bem
21 estudada e elaborada, de forma muito séria e comprometida, considerando todas
22 as legislações existentes e levando em consideração as especificidades de cada
23 curso. Em seguida, a Professora Ana Paula apresentou a proposta de Minuta com
24 destaques a alguns pontos da : a) conceito de regime especial foi estabelecido
25 pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação 001/2020, que
26 estabelece oferta de atividades não presenciais. As atividades não presenciais
27 são definidas por este Conselho e se difere do ensino à distância em seu conceito



28 e com tempo determinado para avaliação do processo de aprendizagem, que
29 neste caso se justifica pelo estado de pandemia, conforme estabelecido nesta
30 Deliberação; b) não se aplica o regime especial à carga horária prática do
31 componente curricular; c) que as principais avaliações sobre realizadas somente
32 quando do retorno das atividades presenciais, com ao menos, uma semana de
33 período letivo presencial. Após apresentação da proposta, a Professora Fátima
34 questionou os Conselheiros se coloca em votação os favoráveis e contrários ao
35 regime domiciliar, após a discussão da minuta. O Prof. Paulo Brene sugeriu
36 realizar a votação sobre o regime especial primeiramente. O Prof. Luiz Barnabé
37 solicitou que a votação seja nominal. O acadêmico Marcos solicitou expor sua
38 opinião sobre a minuta e Professora Fátima destacou que o acadêmico fizesse as
39 considerações e já manifestasse seu voto. O acadêmico, primeiramente, fez uma
40 contextualização, (12/03 foi declarada pelo O M S Ministério da Saúde o Estado
41 de Pandemia, dia 16/03 o Estado do Paraná iniciou a paralisação de algumas
42 atividades; dia 17/03 foi estabelecido o regime de atividades à distância na UENP
43 e; 31/03 foi cancelado, a pedido do DCE, o regime de atividades a distância.
44 Disse ainda sobre o cenário político do Brasil e o número de mortes pela
45 COVID/19 até o momento. Com essa contextualização, justificou que o momento
46 é de crise sanitária, financeira e psicológicas e pensar em aula? Como Presidente
47 do DCE e, em nome dos alunos, colocou sua indignação pelos 2136 alunos que
48 assinaram contrários ao regime especial. Disse ainda que dos 4 mil alunos,
49 apenas 1600 responderam o questionário e que este número deve ser
50 considerado pelos Conselheiros no momento da votação. E, assim, encerrou,
51 registrando seu voto contrário ao regime especial. A Professora Fátima observou
52 que houve a divulgação pelo DCE foi de que o projeto elaborado pela
53 Universidade era uma bagunça, que não havia comprometimento com os alunos
54 pela PROGRAD e que o projeto não havia sido feito com responsabilidade pela



55 Universidade. Disse isso, destacando que esta foi uma visão unilateral que alunos
56 tiveram. Quanto ao não preenchimento do questionário pelos alunos, salientou
57 que, mesmo quando há necessidade participação dos alunos para responder o
58 questionário da avaliação institucional, mesmo com todo incentivo para o
59 participação, o número de adesão dos alunos é baixa. Observou ainda que não
60 houve o encaminhamento pelo DCE à reitoria do relatório sobre a pesquisa junto
61 aos alunos. A Professora Maria Cristina questionou sobre as manifestações dos
62 presentes não conselheiros. A Professora Fátima esclareceu que, por questões de
63 justiça, as manifestações fossem feitas por meio de seus representantes no
64 Conselho. Em seguida, a Professora Fátima abriu para manifestação dos
65 Conselheiros, que tiveram dois minutos para expor suas opiniões em relação a
66 proposta apresentada. O Professor Mauro Januário parabenizou o trabalho da
67 PROGRAD na elaboração da Minuta, no entanto, fala no sentido oposto à
68 proposta considerando o número expressivo de alunos que assinaram contrários
69 ao regime especial, que são os únicos interessados no processo. Que 59%
70 discordaram que o desempenho durante o período de 17 a 31 de março, de
71 atividades por meio remoto, não foi satisfatório. Além de outros números como
72 satisfação e problemas de acesso, justificando seu voto contrário ao regime
73 especial. O Professor Luiz Kazmierczak disse ao acadêmico Marcos que este
74 número de alunos contrários ao regime lhe causa estranheza, pois as atividades
75 propostas neste período está tendo uma adesão maciça dos alunos do Curso de
76 Direito. O acadêmico Marcos disse que estas assinaturas devem ser
77 consideradas oficiais, pois o DCE é reconhecido pela Universidade e na relação
78 de assinaturas constam nomes completos e e-mails. O Professor João Neto
79 esclareceu que a proposta não é EAD, pois senão seriam oferecidos 100% das
80 aulas; b) que a proposta está pautada em Leis; c) preocupação com docentes
81 CRES que perderão empregos caso não haja atividades acadêmicas de aula. A



82 acadêmica Natália destacou: a) que os discentes do CCSA foram favoráveis à
83 proposta; b) que o mundo está sendo motivado à inovação, pelo uso de
84 tecnologias; c) alguns alunos destacaram pontos de preocupação, mas que em
85 resumo foram favoráveis ao regime. O Professor Paulo Brene disse o momento é
86 muito difícil, mas que gostaria que fosse evitado um debate ideológico e que o
87 foco das discussões seja os alunos. Com isso, disse: a) a volta as atividades
88 econômicas, exigirá acadêmicos graduados; b) resposta da Universidade à
89 comunidade que tem como responsabilidade o ensino, e que, isso se faz com
90 planejamento para passar este momento da melhor forma possível. c) a proposta
91 é muito democrática pois serão ofertadas disciplinas que são possíveis de serem
92 ofertadas. A Professora Diná questionou se todos os professores deverão aderir
93 ao regime especial e a Professora Fátima esclareceu que o Professor analisará
94 se a disciplina poderá ser ofertada nesta modalidade e se o professor tem
95 condições de ofertá-la no momento. A acadêmica Fabiana questionou algumas
96 coisas: a) mesmo que a oferta das disciplinas fica a cargo do docente, os
97 estudantes ficarão submetidos à decisão dos colegiados; b) Como representante
98 do CCHE demonstrou preocupação, pois há alunos que precisam emprestar
99 equipamentos para assistirem aula. Disse isso, questionando a democracia do
100 regime. Destacou ainda sua preocupação com os professores CRES, porém, não
101 acredita que desta forma salvaguardará esses professores, pois isso é uma
102 questão complexa e que não houve participação dos alunos no processo de
103 construção da Minuta, que esta foi discutida depois que estava pronta. Os alunos
104 do CCHE demonstraram, em sua maioria, contrários ao regime, pela desigualdade
105 ao acesso ao ensino remoto. A Professora Celmira destacou a diversidade nos
106 discursos dos alunos dos diversos cursos e parabenizou a Reitoria e a
107 PROGRAD. O Professor Luiz Barnabé pontuou; a) que o momento é de reflexão,
108 se é tempo de cumprir calendário ou pensar na vida; b) que só se constrói uma



109 solução democrática com solidariedade, empatia e sensibilidade; c) dados com
110 fundamento, pois os dados apresentados não dão segurança de que os alunos
111 estão preparados. O Professor Bruno Miguel sugeriu que, de acordo com os
112 levantamentos (DCE, professores do CCT) a votação/decisão fosse suspensa,
113 pois se 60% dos alunos estão contrários, é devido à incerteza e insegurança do
114 que será feito. Esse tempo servirá para amadurecer essa discussão com
115 professores e alunos. A Professora Fátima destacou que a responsabilidade pelos
116 alunos, desde que ingressam na Universidade, é dos professores, coordenadores
117 e gestores. Olhar para as dificuldades e tentar resolver. O Conselho tem esse
118 papel de olhar e discutir o que é melhor para os alunos e essa discussão precisa
119 partir de uma proposta para seja aperfeiçoada. O Professor Fábio Seiva disse
120 que: a) o artigo 6º precisa ser melhor discutido; b) a proposta é para evitar ficar
121 pior o que já está ruim; c) fornecer laboratórios de informática para os alunos que
122 não tem equipamentos de informática, com os devidos cuidados. O Professor
123 Fabiano se manifestou no sentido de que a função do Conselheiro é receber a
124 Minuta e trazer as sugestões para melhorá-la, destacando que a minuta não
125 obriga que todos os componentes sejam ofertados e que isso é democracia. O
126 acadêmico Marcos disse que a discussão deve ser em torno dos alunos que não
127 têm acesso e arguiu: democracia sem levantar a discussão do voto paritário; levar
128 em consideração os que querem o regime especial, sem levar em consideração
129 os que não querem. O Professor Fabiano contradisse que levar em consideração
130 pontos de vistas que apenas confirmam opiniões próprias não podem ser
131 considerados democracia, principalmente no âmbito de um conselho superior
132 universitário. O Professor João Coelho esclareceu que fala em nome do Centro
133 do qual ele representa e trouxe algumas preocupações, como: a) se houve um
134 retorno de 49% dos questionários, e o restante?; b) questões emocionais e
135 espaços adequados quando do retorno das atividades presenciais; c)



136 necessidade de professores CRES. A Professora Fátima esclareceu que os
137 questionários/formulários foram encaminhados aos Diretores de Centro para que
138 fossem feitas sugestões, porém houve pouco retorno. Quanto ao retorno das
139 atividades presenciais precisa ser estudado por um grupo como e o que precisará
140 ser feito para um retorno seguro, e quanto aos professores CRES, solicitará à
141 Superintendência a realização de Teste Seletivo por meio do uso de tecnologias.
142 O Professor Ricardo Martins relatou sobre a desigualdade de acesso à internet
143 em nosso país. A Professora Letícia disse que o retorno das atividades também
144 ajuda o aluno a se envolver com as atividades acadêmicas e preocupar com
145 outras coisas, que não seja somente o momento difícil que estamos vivendo. Qual
146 a justificativa do aluno universitário não retornar às atividades, sendo que até os
147 alunos da rede pública de ensino fundamenta já retornaram. O Professor Flávio
148 Ruckstadter disse da importância do debate para tomar uma decisão tão
149 importante. A principal democracia da minuta é a liberdade que ela dá para o
150 curso decidir se retorna ou não as atividades remotas. Mas uma preocupação é
151 sobre como será o retorno daqueles que não aderirem. A Professora Fátima
152 esclareceu que a reorganização será feita de acordo com o levantamento do que
153 foi ministrado e o que ainda faltará para recomposição do calendário acadêmico,
154 assim como é feito quando há greve. O acadêmico André parabenizou a reitoria e
155 a PROGRAD pela eficiência na apresentação da proposta, mas é contrário,
156 considerando que a maioria dos alunos são contrários e que envolvem questões
157 de aprendizagem e de dificuldade de acesso, haja vista que na Universidade têm,
158 inclusive, alunos de comunidades indígenas que não terão acesso integral ao
159 ensino no modelo que será ofertado. A Professora Fátima esclareceu que,
160 justamente para que seja possível avaliar o aprendizado é que, a Minuta propõe
161 que a avaliação principal não seja aplicada remotamente, mas no retorno das
162 atividades presenciais. O acadêmico Carlos Dutra disse que o DCE esclareceu

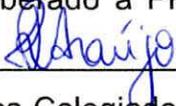


163 aos alunos que este regime especial será diferente de como foi ofertado o regime
164 domiciliar, mas que tem recebido muitas preocupações de alunos que não terão
165 acesso à internet ou à equipamentos para acompanhamento das atividades. O
166 acadêmico Lucas Ribeiro levantou as seguintes questões: a) falta de informações
167 e/ou disponibilidade dos dados para os alunos. Solicitou mais transparência na
168 apresentação desse dados e democracia na participação dos alunos na reunião. A
169 Professora Fátima esclareceu que no CEPE a participação dos alunos não
170 contam, simplesmente porque os alunos só participam das reuniões quando há
171 discussão em torno de algo que é extremamente de seus interesses. As reuniões
172 não davam quórum para que ocorressem. Que houve pedido de participação de
173 um aluno do CCHE/CP na reunião, como ouvinte, no entanto, não há
174 representação discente deste Centro no Conselho porque não houve interesse de
175 participação. Os alunos precisam participar das discussões, mas participar
176 sempre, pois este Conselho delibera sobre a vida dos alunos. O Professor Carlos
177 Eduardo Ribeiro , em relação à fala do aluno Lucas Ribeiro sobre a falta de
178 informação, esclareceu que foi encaminhado, e sempre é encaminhado, todos os
179 formulários e tudo que acontece na Universidade para os diversos grupos que os
180 professores e alunos do CCT possuem. Primeiramente foi colocado em votação a
181 sugestão do Prof. Bruno que propôs adiar a votação em uma semana. Votaram
182 favoráveis ao adiamento da votação: Luis Ernesto Barnabé, Celmira Calderon,
183 Bruno Miguel Nogueira de Souza, Flávio Massami Martins Ruckstadter, Fábio
184 Rodrigues Seiva, Mauro Januario, André Luiz Pinedo Dias, Fabiana Prado,
185 Carlos Daniel Dutra, Marcus Vinicius da Silva Rodrigues, Lucas Ribeiro dos
186 Reis e Débora Giovana Silva Avelar. Votaram contrários ao adiamento da
187 discussão da Minuta: Fabiano Gonçalves Costa, Simone Cristina Castanho
188 Sabaini de Melo, Vanderléia da Silva Oliveira, Ana Paula Belomo Castanho
189 Brochado, João Coelho Neto, Paulo Rogério Alves Brene, Letícia Jovelina Storto,



190 João Lopes Toledo Neto, Antônio José Saviani da Silva, Patrícia Cristina de
191 Oliveira Duarte, Emiliana Cristina Melo, Luiz Carlos Reis, Marilúcia Domingos dos
192 Santos Striquer, Luiz Fernando Kazmierczak, Raphael Gonçalves de Oliveira,
193 Ricardo André Ferreira Martins, Roberta Negrão de Araújo, Edinilson Machado
194 Donizete, Juarez Assis Soarez e Nathalia Nascimento Freire. O resultado foi de
195 20 votos contrários e 12 favoráveis ao adiamento da discussão. Estavam
196 ausentes no momento da votação, a Professora Diná Brito e a acadêmica Martina
197 Nunes. Com isso, a Professora Fátima colocou em votação a proposta da adesão
198 ao regime especial e discussão da minuta apresentada. Votaram favoráveis ao
199 regime especial: Fabiano Gonçalves Costa, Simone Cristina Castanho Sabaini de
200 Melo, Vanderléia da Silva Oliveira, Ana Paula Belomo Castanho Brochado, João
201 Coelho Neto, Paulo Rogério Alves Brene, Letícia Jovelina Storto, João Lopes
202 Toledo Neto, Antônio José Saviani da Silva, Celmira Calderon, Emiliana Cristina
203 Melo, Luiz Carlos Reis, Marilúcia Domingos dos Santos Striquer, Luiz Fernando
204 Kazmierczak, Raphael Gonçalves de Oliveira, Roberta Negrão, Edinilson
205 Machado Donizete, Fábio Rodrigues Seiva, Diná Tereza de Brito, Juarez Assis
206 Soarez e Nathalia Nascimento Freire. Votaram contrários ao regime especial: Luis
207 Ernesto Barnabé, Patrícia Cristina de Oliveira Duarte, Bruno Miguel Nogueira de
208 Souza, Ricardo André Ferreira Martins, Flávio Massami Martins Ruckstadter,
209 Mauro Januario, André Luiz Pinedo Dias, Fabiana Prado, Martina Andreia
210 Lage Nunes , Carlos Daniel Dutra, Marcus Vinicius da Silva Rodrigues, Lucas
211 Ribeiro dos Reis e Débora Giovana Silva Avelar, com 21 votos favoráveis e 13
212 contrários ao regime especial, passou-se a discutir a proposta apresentada. Após
213 uma longa discussão em torno da minuta apresentada, algumas alterações foram
214 feitas, que vale destacar alterações no artigo 6º que trata de prazos e condições
215 para a adesão dos alunos ao regime. Foram incluídos no artigo justificativas para
216 o aluno que não tenham condições de participarem das aulas não presenciais.



217 Outra alteração importante foi a não obrigatoriedade de envio do programa
218 curricular à PROGRAD, este deverá ficar no Colegiado do Curso e alterações na
219 tramitação dos programas, ficando menos burocrático. A partir destes e outras
220 contribuições apontadas pelos Conselheiros a Minuta foi aprovada conforme
221 inteiro teor da Resolução 003/2020 – CEPE/UENP. A Professora Fátima
222 agradeceu a participação de todos nos debates e contribuições e pediu um voto
223 de confiança aos alunos, pois todos trabalham com o objetivo de aperfeiçoar as
224 decisões e regulamentos na busca de oferecer o melhor possível aos
225 alunos. Nada mais havendo a ser deliberado a Prof. Fátima Aparecida da Cruz
226 Padoan encerrou a reunião e eu  (Josiane Petenaci
227 de Araújo), Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei a presente
228 ata que, após lida e aprovada, vai assinada pela Presidente e pela Secretária
229 Geral do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UENP.

